



### AOS LEITORES

Notícias Africanas está com suas páginas abertas à colaboração dos leitores.

O texto enviado será submetido à avaliação da equipe de edição e deve ter no máximo 80 linhas datilografadas em espaço dois, com 72 caracteres por linha. Os interessados devem enviar sua colaboração para:

Centro de Estudos Afro-Asiáticos  
Coordenação de África  
Rua da Assembléia, 10/501  
20119-900 - Rio de Janeiro - RJ

### NESTA EDIÇÃO

- O leitor vai encontrar o noticiário sobre ANGOLA nas páginas 2, 10 e 11.
- Os PALOPs são notícia nas páginas 2 e 11.
- O noticiário sobre MOÇAMBIQUE está nas páginas 3, 4, 5, 7, 8, 10 e 12.
- Os recortes da cobertura das eleições em SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE estão nas páginas 6, 9, 11 e 13.
- Sobre a GUINÉ-BISSAU, há uma matéria cobrindo a posse de Nino Vieira, na página 7.
- E, na página 14, o leitor vai encontrar uma matéria sobre a crise institucional em CABO VERDE.

### MOÇAMBIQUE

## Clima de apreensão e esperança

A poucos dias das eleições presidencial e legislativa (27-28 próximos), o país parece ainda se equilibrar em um perigoso fio de insegurança e medo. Quanto ao futuro, que começará a debater-se logo após o resultado saído das urnas, está carregado dum clima de apreensão, embora, de acordo com o andamento das campanhas eleitorais, com renovadas expectativas.

**Reconciliação e obstáculos à governabilidade** - As atuais projeções apontam ou para uma bipolarização pós-eleitoral, ou para a engenharia de um governo de unidade nacional entre a Frelimo e a Renamo, aglutinando também membros de outros pequenos partidos. Vigorando essa estratégia de governo, a oposição seria absorvida, abrindo hipoteticamente o caminho para a "reconciliação nacional" e assegurando ainda trabalho (ou ocupação), cargos e rendimentos aos derrotados.

Seja qual for a composição governamental ou o nível de governabilidade pós-eleitoral, o país, os políticos e os moçambicanos terão de enfrentar sérios obstáculos. A propósito, após as eleições espera-se mais ajustes e aprofundamentos no Programa de Reajustamento Estrutural. Teme-se que se tornarão estopins para novas revoltas populares devido ao agravamento das condições de vida.

**A dívida e os "doadores"** - O débito do país com o Banco Mundial é de US\$ 1,5 bilhão. Estimando-se sua população em 15 milhões de habitantes, cada moçambicano deve cerca de US\$ 100. Sintomático é que a renda anual per capita está em torno de US\$ 94. Ainda mais preocupante para o futuro do país é saber que a dívida global ultrapassa os US\$ 5 bilhões. A gravidade da situação é ainda indicada pelo contínuo monitoramento do Fundo Monetário Internacional nas políticas do governo visando equilibrar a balança de pagamentos, ao ajuste fiscal, ao plano de privatização e à queda da inflação. Quanto ao Banco Mundial, tende a continuar concedendo créditos para projetos, auditorias e assessorias, sempre amarrados às linhas mestras do FMI.

Por conseguinte, o que não falta ao país são "doadores" com seus respectivos projetos, concepções e auditorias. Tudo faz parte e engorda sua crescente dívida global. A soberania do país, os atuais e os futuros moçambicanos deverão pagá-la. Outro agravante é que quase nenhuma informação evapora dos acordos fechados nas altas esferas do poder, os quais poucas pessoas conhecem. O certo é que somente um país com "grande potencial" poderia atrair tamanhos interesses e tantos "doadores" internacionais.

Por sinal, a Associação Comercial da Beira e a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Nampula (Aciana) recentemente reivindicaram profunda reforma fiscal acompanhada de maior desburocratização e de descentralização política e econô-

mica que venham a aumentar a eficácia dos órgãos públicos e a difusão e o acesso às informações sobre as regras e as atividades no país do Banco Mundial e do sistema bancário e financeiro moçambicano.

O objetivo central dessas associações é o de alargar a expansão do crédito para além do setor industrial, alcançando assim amplamente os setores agrícola e comercial. Acusam que, dessa forma, o país real seria beneficiado e não mais exclusivamente os empresários de Maputo, privilegiados por se situarem na capital, próximos dos recursos financeiros e aptos para melhor realizarem pressões políticas.

**Capitalistas sem capital** - Por trás dessa reivindicação está a luta do empresário para alcançar maior poder de participação na economia moçambicana, organizando-se para obter expressão sociopolítica e econômico-financeira suficiente para contrabalançar (ou para se tornarem parceiros mais adequados) as parcelas de poder e influência adquiridas pelo capital estrangeiro e pelos "monhés" ou asiáticos moçambicanos.

Mas, até que ponto o crédito mais facilitado não virá aguçar o consumo improdutivo e as importações? O que garante que não se reforce a tendência cada vez maior da economia moçambicana de absorver "capitalistas sem capital"? Contradição que deve ser ultrapassada se se quiser a existência e o vigor de investimentos e projetos locais geradores de mais divisas, infra-estruturas, empregos e capital nacional e, conseqüentemente, de menos corrupção, consumo improdutivo e carros importados, e de menos "donativos" e dependência internacionais.

Por fim, tomando como pressuposto a estreita simbiose entre política e economia nacionais, e a constante influência que sofrem dos contextos regional e global, devemos anotar com a devida atenção as palavras de Roberto Chavez, representante do Banco Mundial em Moçambique, nas quais adverte que erradamente se propaga a idéia de que o Banco vai arrancar o país da miséria, quando deveriam os moçambicanos se conscientizar de que eles próprios terão que resolver seus problemas, prevendo para tanto um "período mínimo de 10 a 15 anos para se iniciar a recuperação econômica do país".

Nesse percurso podemos prever, portanto, a necessária continuidade de uma intensa luta do povo moçambicano para consolidar a paz, a democracia e o multipartidarismo. Simultaneamente, terá que lutar por uma sobrevivência digna, uma maior e melhor produção e distribuição da renda nacional e a difícil reconquista da já tão ameaçada soberania do país.

Edson Borges  
(Pesquisador do CEEA)

# Jornalista interrogado durante 18 horas

PÚBLICO, 25.9.94

O JORNALISTA Mariano Costa, que trabalha para o boletim privado "Imparcial Fax", foi detido pelo Sinfo (Serviço de Informação do Ministério do Interior), na passada terça-feira, quando regressava de Lisboa, acusado de pertencer à UNITA. Interrogado durante 18 horas, entre as 17h de terça-feira e as 11h do dia seguinte, foi intimado a revelar as informações sobre a rede clandestina que a UNITA possui em Luanda, uma vez que o jornalista tem, nos últimos tempos, assinado trabalhos sobre reuniões secretas que militantes do movimento rebelde realizam em vários bairros da capital do país.

Durante o interrogatório, contou o jornalista, foi-lhe dito que a "secreta" dirigida pelo vice-ministro do Interior Fernando da Piedade "Nandó", considerado um "duro" do regime, estaria na posse de fotografias suas ti-

radas à entrada da delegação da UNITA em Lisboa, bem como outras imagens de encontros que terá alegadamente mantido com elementos da organização em Luanda. Aterrorizado, Mariano Costa acabaria por confessar ser parente de alguns altos dirigentes do movimento de Jonas Savimbi e também do veterano político Daniel Chipenda, cujas visitas regulares o Sinfo pediu também que justificasse.

Reagindo à detenção do jornalista, o "Imparcial Fax" (um boletim diário que se publica em Luanda há sete meses) fez sair, na quinta-feira, uma edição especial, responsabilizando o Governo angolano por "qualquer incidente que envolva jornalistas ou funcionários" da publicação. "Preocupante é ainda o facto de os agentes que interrogaram o nosso jornalista terem afirmado que a UNITA vai ser exterminada em

Luanda, assim como outros partidos da oposição". O "Imparcial Fax" destacou, ainda, que a "democracia não se defende espiando representações da oposição em países estrangeiros". Uma acusação velada às crescentes desconfianças sobre a existência de um incontrolável número de agentes do Sinfo que, impunemente, actuarão em Lisboa sob cobertura diplomática. Estes agentes são colocados nas embaixadas pelo Serviço de Segurança Estratégica (SSE), o ramo externo da espionagem que funciona na dependência directa da Presidência da República.

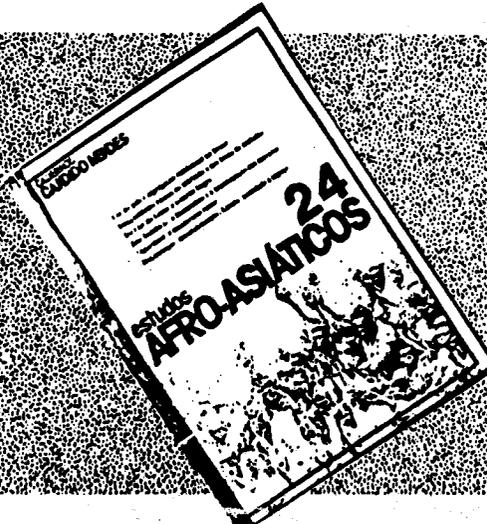
Recentemente, o boletim dedicou uma série de artigos intitulados "Desinteligências da Inteligência", aludindo à "incompetência e nepotismo" reinante no SSE, comprovado através da detenção do ex-primeiro secretário da embaixada angolana em Lis-

boa, Damião Cristiano, preso longos meses mas libertado recentemente, sem qualquer mandado judicial.

Estas denúncias, bem como as constantes críticas que a publicação tem feito contra a corrupção e o rápido enriquecimento das elites militares e governantes, têm originado uma onda de irritação nos círculos governamentais. Da parte do Ministério do Interior não houve nenhuma reacção sobre o incidente que, segundo o director do "Imparcial Fax", o Futungo de Belas (residência presidencial) atribuiu a um acto isolado de um agente do Sinfo. Apenas o Sindicato dos Jornalistas, através do seu presidente, Avelino Miguel, condenou o sucedido como "mais uma evidência dos atentados sistemáticos à liberdade de imprensa promovidos no país". ■

Aguar dos Santos,  
em Luanda

ASSINE JÁ  
ASSINE JÁ



- LIGUE 531-2000 RAMAL 259 ●

## Telejornal para África

PÚBLICO, 24.9.94

A RTP Internacional (RTPi) prepara neste momento a transmissão de um serviço noticioso diário vocacionado para os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), anunciou ontem o secretário de Estado da Cooperação, José Manuel Briosa e Gala. A Cooperação disponibilizou verbas para o projecto, desenvolvido com o acordo da tutela da comunicação social, esperando-se que as emissões comecem ainda este ano.

O telejornal da RTPi para os PALOP será transmitido cerca das 17h, permitindo às televi-

são da RDP na Guiné, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe; e o alargamento da difusão da RTPi, até agora feito apenas por parabólica, ou a criação do Desk África, serviço que reúne profissionais da RTP, RTPi e RDP numa base de notícias acessível aos PALOP. A ajuda pública ao desenvolvimento (APD) portuguesa situou-se, em 1993, nos 39,5 milhões de contos, "o que denota um ligeiro decréscimo", de cerca de meio milhão de contos, em relação ao ano anterior. "Uma tendência também verificada nos restantes países do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE, e que se explica pelo ambiente de crise económica." O somatório das acções levadas a cabo nas áreas de Educação, Cultura e Comunicação Social totalizaram, em 1993, mais de 6,3 milhões de

contos nacionais a inclusão dessas peças nos seus próprios noticiários da noite. Briosa e Gala aproveitou o discurso de encerramento do seminário sobre acção cultural portuguesa nos PALOP, que ontem terminou no Convento da Arrábida, para divulgar esse e vários outros projectos da Cooperação. E não fez cerimónia na explicação da estratégia da diplomacia cultural portuguesa em África. "Porque a estratégia existe. Pode ser criticada, mas não pode ser negada."

Briosa e Gala insistiu nos resultados dessa estratégia, sobretudo no trabalho desenvolvido depois da elaboração do Plano de Acção, Língua, Educação, Formação, Ciência e Cultura para África (PALEFCCA). Referiu, por exemplo, a instalação de redes de emissores FM para redifu-

contos, o que representa 25 por cento do total da nossa APD).

Briosa e Gala salientou que o montante da APD portuguesa subiu, entre 1989 e 92, de cerca de 17,7 milhões de contos para 40,7 milhões, isto é, de 0,25 para 0,36 por cento do Produto Interno Bruto. Valor "acima da média" de 0,33 por cento do PIB da APD entre os países do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento.

O responsável pela pasta da Cooperação dirigiu o fogo cerrado dos números e factos da APD portuguesa para a opinião pública e a comunicação social mais do que aos embaixadores, conselheiros culturais e representantes de instituições ligadas à acção cultural nos PALOP. Para contrariar a ideia instalada segundo a qual "nada ou pouco se faz na área cultural". ■

Pedro Rosa Mendes

Chissano em campanha eleitoral no Norte de Moçambique, entre o agressivo e o neoliberal

# “Quem me dera ir para a praia, ser empresário e rico”

PÚBLICO, 28.9.94

Do nosso enviado  
Luís Pedro Nunes  
em Angoche, Moçambique

**A Frelimo, para já, até parece estar só na campanha eleitoral de Moçambique. Os outros partidos mal se fazem sentir, e na província de Nampula, por exemplo, a televisão, que não recebe material de tempo de antena, está longos minutos com ecrã azul anunciando ser o espaço cedido aos candidatos. Joaquim Chissano continua a sua maratona: ataca a Renamo, ensina truques para votar e confessa que se existisse alguém no país mais capaz ele até preferia nem ser Presidente da República.**

O sentimento é de desolação. Para além da destruição causada pelo passar dos tempos, num inevitável desmazelo próprio da guerra e do isolamento, a Ilha de Moçambique parece agora irremediavelmente condenada. Em Maio, o furacão Nadia passou, esfurelando os prédios históricos. Ali, sob um sol implacável, a pique, daquele sol misturado com pó e na verticalidade que come a sombra, a uma hora em quem muitos estão na mesquita, o candidato a Presidente da República de Moçambique, Joaquim Chissano, resolveu seguir o exemplo do ciclone: ser avassalador.

Clamou “pelas almas que a Renamo massacrou”. Exortou “pelas grávidas que a Renamo esventrou, atirando janela fora as crianças”. Estava dado o tom da violência

no discurso da campanha?

Lá na Ilha, no Norte do país, a muitas centenas de quilómetros de Maputo, foi assim. Na vila algodoeira de Monapo, foi diferente; no porto de Angoche, teve uma palestra económica verdadeiramente neoliberal, da que faz fé quase absoluta na mão invisível do mercado (ver caixa); depois seguiu para Chai, mais a norte, na Província de Cabo Delgado, onde o seu actual ministro da Defesa deu, há 30 anos o primeiro tiro na luta da Independência. Conforme o lugar assim vai definindo a Renamo, na maior parte das vezes minimizada e descrita como um movimento criado por Ian Smith da África do Sul e colonialistas portugueses saudosos.

A Frelimo, é sem dúvida o único partido com algumas capacidades para fazer campanha eleitoral. Que tem o que se pode chamar uma máquina de propaganda. Na TV de Nampula todos os dias se repete o patético anúncio dos tempos de antena. Ecrã azul, letras brancas durante dezenas de minutos a dizer que o período é da responsabilidade do candidato X. Assim é com Dhlakama e também com Ya-Qub Sibindy do partido islâmico e que ali diz se diz tem muita força.

O candidato da Frelimo sabe o que está a fazer, tem condições para fazer e muitas vezes as estruturas do Partido Frelimo coincidem com as estruturas estatais. Chissano é o que é: um político em vésperas de eleições, moldando os conteúdos em função dos ouvintes: “Ser Presidente não é comer dinheiro... eu bem que gostaria de ir descansar...”.

O ritmo é verdadeiramente suicida. Joaquim Chissano dispõe-se a um programa de exaustão. Vinte e quatro horas após o início da campanha eleitoral das primeiras eleições democráticas e o candidato da Frelimo já está quase sem voz. Fala ao sol, com aparelhos de som roufenhos, com megafones. Mau? Ótimo. Nenhum partido, nem a Renamo, tem a mínima hipótese de competir com a capacidade do partido do Governo.

## No formigueiro da Ilha

Logo a seguir ao dia de abertura o destino é pois a Ilha. Ele mais um avião cheio de “staff” mais três avionetas com jornalistas, pagas pela Frelimo. Trinta e cinco minutos para cumprir 150 quilómetros. Chegada ao Lombo (na costa, portanto), mais recepção com cantares tradicionais, mais o administrador que foi acusado, sem nada se provar, de ter desviado 250 mil libras esterlinas, mais um elemento das Nações Unidas a dizer, discretamente, que ele, administrador, é muito mal visto na Ilha, o que é mau para a Frelimo dado que ali têm peso a Renamo e o partido muçulmano, o PIMO.

Atravessam-se então os três quilómetros de ponte para a Ilha, projectada por Edgar Cardoso, sobre um mar tão azul e cristalino que fere os olhos. A Ilha, contudo, tem uma moldura de algas e dejectos, lixo e mau cheiro. A ponte trouxe consigo gente fugida à guerra. A Ilha é um formigueiro. “É um problema, o máximo que devia suportar era oito mil pessoas. Tem 12 mil”. Doze mil almas num quilómetro quadrado certinho, segundo os livros. Água doce é ouro.

É aqui que Chissano chega em hora de oração em zona muçulmana. O ataque é à Renamo, eles. “E vocês sabem quem são eles”, disse. A fórmula é simples: “Nós somos os que construímos, eles são os que destruíram o que nós construímos”. A província de Nampula é a mais populosa do país, de influência islâmica e onde a Renamo conta ter muito apoio. Chissano ia começar um périplo por uma zona de incógnita.

Pela rua já se ouviram uns “Viva a Renamo”, meio à socapa. O PÚBLICO aborda os rapazes. Silêncio. Na praça do comício, três outros têm cartazes e fotos de Afonso Dhlakama. Estão com um ar esgazado, e nada dizem. Erguem cartazes que, com certeza, não escreveram “Abaixo os líderes demagógicos”. A Juve-Frelimo tenta afastá-los sem sucesso. Os

jornalistas tentam comunicar, eles olham e nada dizem. Nem o que querem, nem o que estão ali a fazer. Tudo isto o seu consultor argelino verificará. Tudo isto a equipa brasileira de TV contratada para fazer os tempos de antena não filmará, como é natural.

## Moral da história...

No átrio de uma casa da praça está uma família de origem indiana. O rapaz da casa, um trintão, vai mandando piadas laterais para a família rir. Tipo contestatário. Interrogamo-lo. Cala-se. Vem o ancião que conta uma história que lhe contou o avô, lá na Índia. Era uma vez um homem muito rico que gastou a sua fortuna para as pessoas o apoiarem. Gastou tudo e no dia que precisava de apoio ninguém o fez, ficando pobre e sem o cargo que queria. Fim da história. A moral fê-la dizendo “o povo é traçoeiro, praça cheia não quer dizer nada”, seguindo-se com um sorriso de satisfação misturado com um olhar tipo “percebeu?”.

Chissano fala do turismo que a paz trará, dos hotéis, dos restaurantes. E ensaia a vertente pedagógica. Diz que é o último no boletim (é mostrado um gigante) e alerta que “ao contrário do que diz a Renamo” não se deve riscar a cara de quem não se gosta. “Fazem um xis, um xis, xis, Xissano”. O tradutor traduz, o povo ri. A comitiva segue rapidamente para o aeródromo. Passamos por um cemitério, destruído, profanado, onde pastoreiam cabras.

Em moldes puramente ocidentais aquele programa desgastante parece pouco lógico. O Presidente-candidato transporta consigo 25 jornalistas, cede aviões (os jornalistas moçambicanos dispõem de um “per diem”, dado pelo partido, de 250 meticais, mais de seis contos, o equivalente a metade ou um terço do seu ordena-

Continua na pág. 4

Continuação da pág: 3

# 'Quem me dera ir para a praia, ser empresário e rico'

do mensal). Toda esta gente tem hipóteses remotas ou deficientíssimas de enviar material para os seus órgãos de informação.

A província de Nampula tem um milhão e trezentos mil eleitores recenseados e o seu território é quase idêntico ao português. Chissano manteve-se firme na decisão de parar em povoações esquecidas, onde o esperam 300, 500 pessoas, talvez tantas quantas ali vivem, e com megafone ensina a votar nele.

## Apoteose "à la Samora"

Finalmente chega a Angoche, cidade portuária mais a sul. As duas dúzias de jornalistas a carregar sacos e material já nada esperam de espectacular. Erro. Num percurso verde, numa estrada ladeada de palmeiras que se perfilam com uma simetria espantosa, num entardecer com todos os clichés de África, a recepção é apoteótica. "Isto parece nos tempos do Samora", diz um jornalista moçambicano. A meio do caminho Chissano salta para uma carrinha de caixa aberta, e é acompanhado por uma turba que corre ao lado dele, por quilómetros até à cidade que poderia ter sido o símbolo do fracasso dos acordos de paz.

Logo após a assinatura em Roma, a Renamo, melhor, alguns homens do movimento, entraram na cidade e ocuparam-na durante três dias. Uma saída para o mar era o que eles queriam, disseram uns, aquilo serviu para nada, dizem outros.

A cidade surpreende. Avenidas largas, arborizadas, frescas, ruas de terra batida, húmida e alaranjada. A Frelimo disponibiliza à co-

mitiva vivendas do partido, à beira mar. Três para os jornalistas. Não, afinal só duas porque os guarda-costas presidenciais ocuparam uma à revelia e sem direito a contestação, faltam lâmpadas, pequenos arranjos, coisa de casa que não é de ninguém. Pela manhã o partido vem cobrar quarenta mil meticais (mil escudos) pela dormida. Sem factura, bem se vê.

Mas antes chegara a convocação para um "briefing" com o Presidente. Mais por culpa do seu próprio "staff", o autocarro com a imprensa chega atrasado à vivenda presidencial do distrito (casa ampla, mas que se vê que não é habitada. É a casa exclusiva do Presidente da República, tal como existem em muitas cidades). O atraso irritou as figuras que cercam Chissano. Este aparenta o ar sereno que lhe é característico, a postura de diplomata. Velhas são as tentativas para lhe caracterizar a personalidade. Este é o único momento de alguma "intimidade". Os jornalistas seguem-no 12 horas por dia mas não lhes é permitido interpellá-lo. Eis a hipótese.

Se está a atacar a Renamo é porque o partido de Dhlakama enveredou por esse caminho, diz. "Os discursos da Renamo não formam nada do que esperávamos... atacaram a Frelimo e atacaram figuras da Frelimo, não quero exacerbar os espíritos mas estamos apenas a pôr as cartas na mesa", diz. Governo de Unidade Nacional, talvez. Convidará, se assim o entender, personalidades individuais e não partidos, porque se convidasse partidos "eles começam a pensar que têm direitos" e quem ao aceitar integrar o executivo tem de concordar com o programa governamental. Fala da



Joaquim Chissano

importância de Angoche e reconhece "alguns erros táticos", "alguns abusos que se cometeram" quando a Renamo saiu da cidade. "Na altura pedimos desculpas a essas pessoas". Mais à frente diz-se convicto de que as pessoas "já notaram que há realmente renovação na Frelimo".

De manhã cedo reúne-se com as personalidades, onde discorre sobre economia (ver caixa). Depois segue-se o comércio. É menos agressivo. Fala da paz, algo que os moçambicanos não têm há 500 anos. Paz que é a única condição de que precisa para levar o país ao desenvolvimento. (Aqui o tradutor é um tipo exuberante que dos 30 segundos de Chissano estica para o minuto com gritos, provocando gargalhadas e vivas!).

## "Digam que votaram neles..."

Para um povo de comerciantes diz: "Ser Presidente não é comer dinheiro, eu gostaria de ir para a praia com a família, criar empresas, ser rico, que eu sei..."

Só que "ainda não apareceu ninguém com mais experiência e melhor preparado que eu para ser Presidente". Regressou ao ensino do acto de votar com uma manha: "Se a Renamo perguntar se votaram neles digam que sim, mintam que ninguém vai descobrir, digam que votaram neles mas votem na Frelimo".

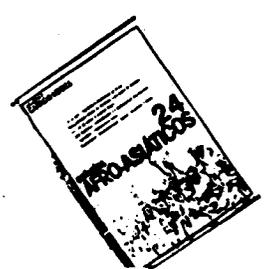
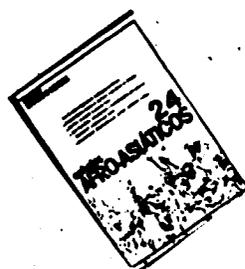
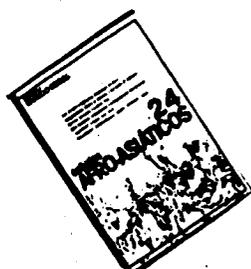
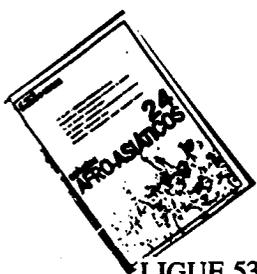
Já atrasada, a caravana parte de regresso para Nampula, numa estrada de terra num estado terrível, recentemente desminada e, segundo alguns jornalistas moçambicanos crítico-gozões, com o autocarro da imprensa a seguir à frente para ser o rebentador das ditas, caso tenha escapado alguma. O percurso é teoricamente uma incursão em zona Renamo. Juntam-se pessoas em pequenas povoações. Ao longe estão outras. Um jornalista francês, que não fala português, disse que "há gente que nem sabe o que são eleições".

Está-se em Namitória e bem ao longe encosta-se a uma árvore um homem pequeno, como por ali são quase todos. Parece ter um olhar de desdém. Conversamos sobre plantações de cajú e chagamos às eleições. (Chissano dizia então que a paz trouxera as pessoas de volta à aldeia, antes aterrorizadas pelos guerrilheiros tendo de dormir no mato... um comerciante em passagem diz que a população é essencialmente apoiante de Dhlakama, o que torna estas duas proposições incompatíveis.) Falando de eleições, o homem, de idade indeterminada mas talvez para além dos 50, vai-se calando. Já enfasiado: "Cada um vota no que quer. Uns votam num; outros votam noutro." "Touché." ■

ASSINE JÁ  
ASSINE JÁ  
ASSINE JÁ

ASSINE JÁ  
ASSINE JÁ  
ASSINE JÁ

ASSINE JÁ  
ASSINE JÁ  
ASSINE JÁ



LIGUE 531-2000 RAMAL 259 LIGUE 531-2000 RAMAL 259 LIGUE 531-2000 RAMAL 259

# Klaas, o embondeiro nórdico, ex-espião

PÚBLICO, 28.9.94

QUEM ironiza o neoliberalismo da Frelimo e lembra os tempos do marxismo-leninismo, colectivista linha dura, concorda em absoluto numa pequena frase com este holandês, que está quase nos 60 anos, enorme como um embondeiro nórdico. "Ninguém pode ver os actuais acontecimentos em Moçambique sem ter bem presente o que está para trás, o que foi este processo histórico."

Foi por Moçambique que se tornou espião do ANC e que, numa vida mais rebuscada que a ficção, escapando à polícia e asilando-se na embaixada holandesa lá foi ficando num quatinho mais de dois anos. Klaas de Jonge acha portanto que não se pode perder a perspectiva porque "estes homens da Frelimo tinham um sonho, queriam de facto construir um novo modelo de sociedade e durante uns anos, antes da guerrilha, da corrupção um novo modelo de sociedade e durante uns anos, antes da guerrilha, da corrupção e a desilusão, trabalharam nesse sentido".

O homem diz isto após uma hora de conversa, numa inteligência pausada, elaborada, sem permitir que possa esta sua opinião ser contestada. Porque estamos no campo das certezas definitivamente interiorizadas.

Klaas acompanha uma jornalista holandesa, e segue o fluir dos acontecimentos com a tranquilidade dos que viveram a História e decidiram aceitar as suas próprias faltas de lógica. Por acaso diz, em 1981, o ANC entrou em contacto com ele, em Maputo. Estava "engajado com o esquerdismo desde aos anos 60" e aceita colaborar com o movimento "antiapartheid". Começa por transportar para a África do Sul propaganda do ANC. "A polícia recusava-se a acreditar que um branco como eu pudesse estar com o ANC pelo que era muito fácil movimentar-me".

O processo de envolvimento torna-se cada vez maior e passa pelo ver cair assassinadas pessoas que admirava, conhecia e partilhava o mesmo sentido na vida. "É um processo de raiva".

Começa a transportar armas, embora garanta nunca ter participado na luta armada. É descoberto e preso em

Junho de 85. Não é torturado fisicamente mas como académico, branco, faz as delícias dos carrascos que manipulam sentimentos, e que lhe dão como certos 20 anos de calabouços.

Fixa uma ideia. Fugir, escapar. É aqui que se entra na zona contestada da sua vida. Decide ir localizar, juntamente com a polícia, esconderijos e alvos do ANC, para tentar a fuga. Um primeiro que só tem restos, sabia ele. Um segundo igual. A ideia era escapar. Mas, afinal este segundo local está cheio de armas...

Entra-se aqui nas areias movediças do que se chama traição, na óptica de um movimento armado. Quer então mostrar um banco, o lugar preciso onde irá ocorrer um atentado. Está a mentir. O banco é no edifício da embaixada holandesa. A realidade tem destas incongruências. Os polícias, o operador de TV e fotógrafo que estão ali para captar imagens do traidor do ANC não percebem.

O momento surge. Klaas, acorrentado, consegue entrar na embaixada. É retirado com violência. Mas, na prática, a polícia sul-africana tinha acabado de violar território holandês. Segue-se forte reacção internacional e é devolvido à embaixada. Lá dentro o embaixador confina-o a um pequeno quarto. Ele também não faz por ser um hóspede fácil. Cá fora a polícia espera que ele ponha um pé fora da embaixada.

Durante 24 meses, cheios de histórias, de embaraços diplomáticos e para ele ("como daquela vez que fiz amor com uma amiga, mas a porta só podia estar encostada e estavam militares no corredor... eu gostei, ela não..."). Até que um dia, ele, mais um francês e mais 20 angolanos são trocados por apenas um capitão sul-africano.

A sua vida ficou irremediavelmente ligada a África. Por ali anda, na campanha de Chissano, ajudando a jornalista, mais ouvinte que falador. Mas arrisca: "O país permanecerá em paz porque nem a Frelimo nem a Renamo têm qualquer hipótese, estão condenados à paz, não têm escolha." ■ L.P.M.

## A lição de economia PÚBLICO, 30.9.94

"BANCO é loja, vende dinheiro", por isso o Governo moçambicano não pode intervir. Banco quer lucro. O comerciante se quer dinheiro tem de negociar com os bancos. É um discurso surpreendente, este, de Chissano, e que nem o programa de Governo de 138 páginas, vertente social-democrata, de Estado pouco intervencionista, fazia prever.

São oito da manhã em Angoche, e Chissano está reunido com personalidades locais. Pede perguntas. Um a um os homens, de vestes muçulmanas e café na cabeça, sandálias, barbichas ponteadas no queixo, falam de pé. Estão frente ao Presidente mas o olhar está no vazio. É um falar quase cantado, rezado. Falam em makua e a tradução vai chegando. "Saúdamos o Governo. O Governo pode-se esquecer de nós. Mas nós não esquecemos o Governo (...) Quando vai acabar o Programa de Reabilitação Económica?" Outro, tirado a fotocópia. "Saúdamos o governo que fez fugir os portugueses. Nós os comerciantes negros precisamos de financiamento bancário" (palmas).

Um jovem cristão também surge, engravatado "saúdamo o nosso pai Chissano" e pedindo para ele "a protecção do Pai todo poderoso". Uma viúva de um ex-combatente pede auxílio. Está desesperada. Chis-

sano começa por ela e segue para a economia. Explica que a "Reabilitação Económica", o seu plano trienal, não equivale a "subida de preços". O governo, aliás, "até podia por decreto fazê-los baixar, mas depois o sofrimento seria maior". É um discurso cheio de "nuances".

Didáctico, simples mas intercalando-o com conceitos mais elaborados. Mas se nisto, em jeito de seminário, o candidato Frelimo é exímio, o conteúdo das suas palavras não deixou de provocar alguns entreolhares em jornalistas estrangeiros que acompanham a Frelimo há 22 anos, "desde o tempo em que escondidos nas trincheiras ouvíamos os aviões portugueses a deitar bombas". Os tempos mudaram.

Primeira premissa: o Programa de Reabilitação acaba "quando os moçambicanos viverem folgadoamente, então partiremos para uma segunda fase, o desenvolvimento". Chissano advertira: "A resposta é simples mas também complicada". O "simples" estava dito. Falou na reabilitação das vias de comunicação, na reabilitação das estruturas produtivas com a paz, no porquê de entregar as empresas públicas a outros que as põem a funcionar (leia-se, "joint ventures", privatizações de capital misto), da necessidade de atrair investimento estrangeiro e nacional, de "facilitar a vida a quem produz, os empresários".

A viúva deixou o nome para a Associação de Antigos Combatentes, que irá analisar o seu caso. ■ L.P.M.



## Clube Português de Niterói

### 2ª Semana de Estudos Luso-Brasileiros

Temática: **África**

17, 18, 19, 20, 21 de outubro às 20h

**ENTRADA FRANCA - CERTIFICADOS DE FREQUÊNCIA**



Legislativas em São Tomé no domingo

# Partido maioritário com campanha discreta

PÚBLICO, 29.9.94

Conceição Lima,  
em São Tomé

O Partido da Convergência Democrática de São Tomé joga domingo, nas legislativas, a sua maioria. Tem feito uma campanha discreta, baseada na sensibilização porta a porta. Poucos cartazes, nada de cortejos ou de caravanas. Evitar esbanjamentos, dizem os seus dirigentes. Mas tudo sugere que o partido que galvanizou a mudança e conquistou a maioria absoluta em 1991 está a jogar na defensiva.

**P**ara a maioria dos observadores e analistas, o máximo a que o Partido da Convergência Democrática (PCD) pode aspirar é vir a liderar a oposição no futuro Parlamento, conquis-

tando um número de assentos que lhe permita funcionar como minoria de bloqueio. A histórica maioria alcançada em Janeiro de 1991 está para além do inatingível e mesmo um cenário de maioria relativa configura-se utópico. Mas fleuma e optimismo é que não faltam ao secretário-geral do partido, João Bonfim, que diz não haver razões para recear uma hecatombe no dia 2 de Outubro.

"Toda a nossa estratégia foi montada no sentido de voltarmos a ser a maioria." O agravamento do custo de vida, as medidas impopulares adoptadas no âmbito do Programa de Ajustamento Estrutural, as acusações de má gestão e de corrupção feitas pela oposição, o isolamento do Governo nos últimos meses do seu mandato interrompido não abalam o ex-ministro da Educação, Juventude e Desporto, eleito interinamente para chefiar o partido, após a renúncia de Daniel Daio.

João Bonfim começa por recordar "o estado caótico e intraduzível" da economia em 1991, para quantificar "os êxitos inquestionáveis alcançados pelo PCD em três anos". E se o secretário-geral

do PCD admite que não se pode falar de prosperidade económica, contesta energicamente a tese segundo a qual o país andou para trás. "Invertamos o ciclo recessivo da economia, aplicando medidas severas, mas corajosas e incontornáveis. Em 1990, o crescimento era negativo e neste momento é de 2,5".

A entrega de títulos de posse de terra a mais de 1200 famílias, a reabilitação de quase todo o parque escolar do país, a melhoria de algumas infra-estruturas sanitárias, o apoio à pesca artesanal, aos pequenos agricultores e ao sector privado, com destaque para o comércio e para a indústria hoteleira são alíneas enfatizadas pelo líder do PCD. Se o partido vier a vencer as eleições, irá aprofundar "uma série de acções já iniciadas, cujo objectivo é minorar o impacto do PAE sobre as populações". É simultaneamente "atrair mais investidores, tanto nacionais como estrangeiros".

Estas ambições e perspectivas são ameaçadas pelo MLSTP/PSD, e pelo ADI, que surge a reivindicar também o eleitorado da mudança o qual deu a vitória ao PCD em 91. "O eleitorado é adulto

e saberá distinguir um verdadeiro projecto partidário de um mero desfile de figuras sem provas dadas". Evitando referências directas ao Presidente da República, Miguel Trovoada, João Bonfim afirma que as propostas do seu partido com vista à revisão da Constituição serão apresentadas "em tempo oportuno". Mas a "indirecta" ao chefe de Estado, que demitiu dois governos do PCD e antecipou o fim do seu mandato, é óbvia: "Queremos uma Constituição suficientemente clara para que não venhamos a assistir no futuro à repetição de golpes que em nada beneficiam o povo nem o regime democrático."

Quanto à propalada ideia de um Governo de unidade nacional — sustentada por quase todos os partidos —, o PCD introduz uma "nuance". "Se ganharmos, batermos-nos pela formação de um Governo de base alargada, o que implicará compromissos com outras formações políticas, mas não coligação." E em caso de derrota? "Tudo dependerá das percentagens. Não inviabilizaremos a disponibilidade individual dos nossos militantes, mas enquanto partido, passaremos à oposição." ■

São Tomé e Príncipe foi ontem às urnas

## MLSTP canta vitória

PÚBLICO, 30.9.94

O MOVIMENTO de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social Democrata (MLSTP/PSD), vencido nas eleições de Janeiro de 1991, deverá ter ganho as legislativas antecipadas de ontem, a avaliar pelos resultados parciais conhecidos às 20h45 locais (21h45 em Lisboa).

O respectivo secretário-geral, Carlos Graça, dissera durante o dia a estações de rádio e de televisão que defendia um governo de Unidade Nacional, do qual poderiam fazer parte o MLSTP, a jovem Acção Democrática Independen-

te (ADI), fiel ao Presidente Trovoada, e o Partido da Convergência Democrática (PCD), que teve 54,37 por cento dos votos nas legislativas de 20 de Janeiro de 1991. Mas não se sabe se este último aceitará participar em tal tipo de coligação.

Ontem à noite, duas horas após o encerramento das urnas, as bases do MLSTP já andavam na rua a cantar vitória, enquanto o segundo lugar nas eleições — marcadas por uma abstenção superior a 40 por cento dos 57.600 eleitores inscritos — estava a ser dis-

putado pela ADI e pelo PCD. A Coligação Democrática de Oposição (Codo) lutava pela manutenção do único deputado que tinha na legislatura anterior, num total de 55, e as duas outras formações concorrentes, Aliança Popular e Frente Democrata Cristã, não conseguiam qualquer representatividade eleitoral.

O MLSTP/PSD, que apresentou na campanha para as legislativas antecipadas de ontem o lema "governar menos e administrar melhor", deveria assumir-se oficialmente

por volta das 23 horas locais (meia-noite em Lisboa) como o vencedor destas legislativas, as segundas que o país conheceu desde que, em 1990, foi instituída a democracia pluralista. Estava só à espera de conhecer mais alguns resultados, mas os já existentes em todos os sete distritos são-tomenses, com mais de um terço dos votos contados, revelavam uma tendência praticamente irreversível. ■

Conceição Lima,  
em São Tomé

ASSINE JÁ



LIGUE (021)531-2000  
RAMAL 259

# “Nino” Vieira toma posse hoje

PÚBLICO, 29.9.94

JOÃO BERNARDO Vieira, o novo chefe de Estado da Guiné-Bissau eleito nas presidenciais de 7 de Agosto, é empossado hoje durante uma cerimónia, em Bissau, que tem sido preparada ao pormenor.

O protocolo de Estado endereçou convites a 44 personalidades estrangeiras. Entre elas, figuram cerca de uma dezena de chefes de Estado, embora nem todos tenham respondido afirmativamente, havendo, por isso, grandes dúvidas sobre quem, ao mais alto nível, estará presente na cerimónia.

Confirmadas estão apenas as presenças de quatro chefes de Estado — Portugal, Mário Soares (acompanhado do secretário de Estado da Cooperação, José Manuel Briosa e Gala), Cabo Verde, António Mascarenhas Monteiro, Guiné-Conacri, Lansana Conté, e Senegal, Abdou Diouf.

A eventual deslocação dos Presidentes de Angola, José Eduardo dos Santos, Brasil, Itamar Franco, Moçambique, Joaquim Chissano, e São Tomé e Príncipe, Miguel Tróvoada, não se concretizou. O rei Hassan II de Marrocos, cuja



“Nino” Vieira

presença em Bissau foi oficialmente anunciada no final da semana passada pela Presidência guineense, acabou igualmente por não fazer a viagem, o mesmo sucedendo aos presidentes da Costa do Marfim e do Burkina Faso.

Estas incertezas protocolares não impedem que Bissau se tenha engalanado para receber tão ilustres visitantes, que irão assistir à tomada de posse do primeiro Presidente democraticamente eleito da História da Guiné-Bissau.

Segundo o guião da ceri-

mónia, a que a agência Lusa teve acesso, o acto começará bem cedo, por volta das 08h00 locais (09h00 em Lisboa), com a chegada dos primeiros convidados guineenses, terminando cerca de cinco horas depois.

Segundo a Constituição guineense, caberá ao presidente da Assembleia Nacional Popular (ANP), Malam Bacai Sanhá, dar posse a “Nino” Vieira, três horas após a chegada dos primeiros convidados.

Para além das personalidades estrangeiras, assistem à investidura de “Nino” Vieira membros do Governo guineense, dirigentes de partidos políticos, membros do corpo diplomático e consulares acreditados em Bissau e de organismos internacionais e ainda os governadores das oito regiões que compõem a Guiné-Bissau.

[Mas três dos quatro partidos da oposição representados no parlamento anunciaram ontem em comunicado conjunto que não estarão representados na cerimónia. São eles a FLING (um deputado), a União para a Mudança (seis) e o Partido da Renovação Social (doze). Só a Resistência da

Guiné-Bissau/Movimento Bafatá (19 deputados) estará presente. O PAIGC, no poder há mais de 20 anos, elegeu nas legislativas de 3 de Julho 62 dos cem deputados].

Após a cerimónia, os chefes de Estado estrangeiros presentes seguirão para o Palácio Presidencial, onde serão obsequiados com um almoço. Ao fim da tarde, num hotel de Bissau, será oferecido um “cocktail” a todos os convidados.

No entanto, nem tudo parece estar a correr pelo melhor: a cerimónia desenrolar-se-á ao ar livre, no Estádio Nacional 24 de Setembro, e a chuva que tem caído com alguma insistência nos últimos dias tem levantado alguma apreensão junto do protocolo, confrontado com a falta de alternativas.

“Nino” Vieira venceu com 52 por cento dos votos as eleições presidenciais de 7 de Agosto último, derrotando, na segunda volta, o candidato da oposição e líder do Partido da Renovação Social (PRS), Kumba Ialá. ■

José Sousa Dias,  
da agência Lusa, em Bissau

# A importância de Nampula

Um bispo católico e três xeques islâmicos vão ter uma palavra decisiva nas eleições moçambicanas

EXPRESSO, 1.10.94

**HENRIQUE MONTEIRO**  
enviado a Moçambique\*

À ESPERA que chegue a comitiva para uma sessão da Renamo está um homem de mais idade envergando uma «t-shirt» da Frelimo. Nas mãos, tem uma bandeira com três setas apontando para o chão — o antigo símbolo do movimento de Dhlakama. A imagem tanto pode significar ainda enorme indecisão do eleitorado moçambicano como mais prosaicamente, a disponibilidade de um povo pronto a aceitar tudo o que lhe dão. O que, não sendo estranho em África, se torna ainda mais compreensível se tivermos em conta que, neste país, quase 70 por cento do Orçamento é pago por «ajudas internacionais».

Ao fim de nove dias de campanha, os reconvertidos

políticos de Moçambique e os observadores estrangeiros só têm uma certeza: a de que as eleições se vão decidir em Nampula, já que a contabilidade das influências nas restantes nove províncias aponta para uma espécie de empate técnico entre os dois grandes. E Nampula é o círculo que vai eleger mais de um quinto da nova Assembleia da República. Por isso, Chissano já voou para lá, e Dhlakama ali aterriza hoje, onde fica por quatro dias.

Nampula, no norte de Moçambique, é um território estranho para os dois principais partidos. A etnia dominante — makua — nada tem a ver com as que compõem maioritariamente a Frelimo e a Renamo. E, para complicar ainda mais os cálculos eleitorais é nessa província que se concentram 70 por cento dos mulçumanos e 60 por cento

dos católicos do país. A tudo isto acresce que, na região, a palavra do bispo Manuel Vieira Pinto é decisiva para uma enorme fatia dos católicos. E a palavra dos três mais importantes «xeis» (corruptela de «sheik», ou xeque) é escutada com veneração por multidões de islâmicos. Para sabermos qual o vencedor das eleições teríamos de adivinhar o que vão fazer e dizer os «xeis» do Ibo, Angoche e da Ilha de Moçambique, bem como o bispo de Nampula e Cabo Delgado. Até, hoje, apesar dos diversos acenos de Dhlakama e Chissano, não se sabe que posição tomarão.

## Sinais de tensão

Se no Norte a campanha é intensa depois de Nampula, a província de Zambezia é a segunda que mais deputados elege e as duas

juntas elegem dois quintos do Parlamento (mais de 100 em 250 deputados), no Sul é morna e desinteressante. Em Maputo poucos cartazes se vêem e as caravanas e comícios quase não existem. Os dois partidos apostam tudo nos líderes que ainda não fizeram campanha na capital e as sedes dos dois partidos dão mais o aspecto de estarem num período de férias do que em plena batalha pelo poder.

Mas isso não significa que a tensão eleitoral não suba, à medida que se aproximam os dias decisivos de 27 e 28 de Outubro. Na verdade, as acusações cruzadas são cada vez mais graves. Chissano reeditou justamente em Nampula, o velho tema dos massacres da Renamo. Falou em mulheres esventradas, violadas,

Continua na pág. 8

Continuação da pág. 7

# A importância de Nampula

fuziladas e presas por Dhlakama e o seu movimento, como se tivesse voltado ao tempo em que a palavra Renamo era proibida e, oficialmente, não houvesse mais do que um grupo de «bandidos armados» que se opunham à Frelimo.

Dhlakama, a quem tanto custou o reconhecimento internacional como líder político, depois de anos e anos no mato a ser considerado como um vulgar bandido, também fez algumas ameaças veladas ao afirmar publicamente que os seus generais estavam fartos de não ter condições (continuam a viver em hotéis) e ameaçavam voltar a Maringué (a capital da guerrilha). Algo demasiado parecido com o que se passou em Angola.

Para complicar ainda mais todo este cenário, soldados da ONU encontraram diversos arsenais clandestinos da Frelimo onde foram descobertas mais de 13 mil armas e respectivas munições, 80 camiões e

diversos explosivos. Ao mesmo tempo que existem queixas de que as localizações dos paíóis da Renamo, fornecidas pelo movimento não estão correctas, o que levou o Governo a pedir uma reunião extraordinária da Comissão de Cessar-Fogo.

No entanto, muitos outros sinais existem, estes mais tranquilizadores, comparando com o clima que se vivia em Luanda antes das eleições, o número de homens armados pelas ruas é muito menor do que em Luanda, onde se vivia entre dois exércitos. Também a imprensa moçambicana (nomeadamente a televisão) consegue ser muito mais independente do que a angolana e o clima pacífico só foi até agora interrompido por actos que se atribuem ao banditismo (assaltos, roubos, etc.) — ao passo que as poucas escaramuças eleitorais não tiveram qualquer significado.

Para alimentar o optimismo, sabe-se que Mo-

çambique não tem, ao contrário de Angola, recursos próprios para alimentar uma guerra e que as tropas da ONU aqui estacionadas são suficientemente dissuasoras para não aconselhar a aventuras. Na verdade, entre militares e civis, a ONU tem em Moçambique cerca de seis mil pessoas, que custam à organização e aos Estados-membros cerca de um milhão de dólares por dia.

## Dependência

Mas o fundamental é que o país depende totalmente da chamada cooperação internacional. Só nos últimos nove anos, a União Europeia gastou em Moçambique mais de mil milhões de dólares (cerca de 160 milhões de contos a preços actuais, o que significa quase a totalidade do PIB deste país no ano de 1990). O Banco Mundial dispendeu outro tanto, além do que foi gasto pela cooperação bilateral. Os custos do processo

eleitoral agora em curso são suportados pela UE em 47 por cento e muitas actividades económicas de sucesso sobretudo em Maputo, devem-se precisamente, à presença de inúmeros estrangeiros que pagam em divisas. Além do mais, os sectores decisivos para a economia moçambicana dependem, todos da paz — agricultura, energia, transportes e turismo. Curiosamente, o simples facto de a guerra ter terminado há dois anos provocou um crescimento do PIB da ordem dos 15 por cento. Outro dado, é que apenas o funcionamento da barragem de Cahora-Bassa significa que os cofres moçambicanos passam a arrecadar cerca de nove milhões de contos, mais do que actualmente em qualquer actividade tomada isoladamente.

\*com REFINALDO CHILENGUE correspondente em Maputo

## Partilhar o poder

EXPRESSO, 1.10.94

HÁ quatro anos, um diplomata europeu baseado em Maputo dizia ao EXPRESSO que a estratégia europeia passava por pressionar a Frelimo a pôr fim ao sistema de partido único, abrir o regime e convertê-lo à democracia, convencendo os seus dirigentes de que ganhariam nas urnas uma nova legitimidade. Essa estratégia teve sucesso. Agora só resta uma questão por resolver: convencer a Frelimo de que, em democracia, também há direitos para os que perdem. A maior parte dos observadores internacionais e diplomatas não acreditam numa derrota do partido que ocupou o poder nos 20 anos de história deste país. Mas os resultados do recenseamento eleitoral, ao revelarem que uma parte substancial do eleitorado está em Nampula e Zambézia, vieram recolocar algumas dúvidas. E todos eles reconhecem que os maiores perigos para a paz adviriam da reacção de uma parte da Frelimo a um eventual desaire deste partido e consequente vitória da Renamo. Se o próprio Chissano partilha dessas incertezas, pelo menos não as mostra. Ao contrário, Dhlakama, em privado, não esconde os receios de poder vir a sofrer uma derrota. Assim, enquanto o líder da Renamo apoia todas as iniciativas internacionais que apontem para qualquer modelo de partilha do poder — seja o Governo de Unidade Nacional, tipo sul-africano, defendido pelos

embaixadores de Mandela e da Grã-Bretanha, seja o mero estabelecimento de um estatuto claro para a Oposição, que portugueses e alemães têm tentado fazer passar — o líder da Frelimo vai rejeitando liminarmente as pressões.

É que o Presidente moçambicano está pressionado pelo partido que lidera. Por um lado, os velhos resistentes marxistas que acham que já se cedeu demais e olham para as eleições como para uma espécie de batalha final com a Renamo, na qual não deve haver muitas contemplos com os vencidos; por outro, aqueles que se podem considerar os adeptos da «negritude» pensam que já foram feitas demasiadas concessões aos interesses ocidentais e que o Governo não pode estar continuamente a fazer o que pedem as chancelarias europeias.

O campo de manobra de Chissano, o «camarada Presidente, candidato a Presidente» não é muito amplo. Ao mesmo tempo que é obrigado a empenhar-se a fundo na campanha, tem de receber enviados deste e daquele Governo europeu, todos doadores de largas somas a Moçambique e importantes para o seu desenvolvimento.

Dhlakama também já percebeu que o seu adversário anda a ser pressionado e aproveita, ele também, para o fazer. A ameaça de que os seus generais podem voltar à Gorongosa foi bem clara, como já tinha sido há semanas a de que não participaria nas eleições, por não ter condições materiais para o fazer. Se a primeira ameaça resultou num desbloqueamento imediato de cinco milhões de dólares para a campanha da Renamo, esta nova pressão é suficiente para que outras pressões sejam exercidas sobre Chissano por parte dos europeus e da ONU.

Porque a própria ONU está pressionada. Depois dos desastres de Angola e da Somália e do impasse do Ruanda, a última coisa que deseja é que algo de errado se passe em Moçambique. Uma operação que custa 370 milhões dólares anuais não pode admitir falhas.

H.M.

# O regresso do velho senhor

EXPRESSO, 1.10.94

NA VÉSPERA das eleições legislativas antecipadas são-tomenses, o velho Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social Democrata (MLSTP/PSD) parece ser o favorito. A incógnita reside no segundo lugar: Acção Democrática Independente (ADI) ou Partido da Convergência Democrática (PCD)?

A ADI, fundada por colaboradores e até familiares do Presidente Miguel Trovoada, tem feito uma campanha aguerrida e conta a seu favor com o facto de nunca ter sido poder. Não tem olhado a despesas e observadores políticos garantem que as benesses para cativar a população são muitas, não se ficando pela distribuição de sacos de plástico, isqueiros ou camisolas, mas indo ao ponto de entregar dinheiro às populações. Os partidos que se lhe opõem falam em financiamento dos franceses e afirmam temer que com a alma eles vendam também o próprio país.

Por seu lado, o PCD, no poder até Julho passado, não se conforma com a decisão do Presidente da República de ter demitido o Governo e dissolvido a Assembleia. Alguns dos seus dirigentes estabeleceram um paralelo entre estes acontecimentos políticos e «um golpe de Estado por interesses co-

merciais». Um rol de ex-ministros faz campanha pelo partido, que não tem poupado ataques ao Presidente Trovoada, acusando-o de ter usado «um mero pretexto» para interromper o trabalho do executivo.

A propaganda eleitoral do PCD divulga as acções levadas a cabo em três anos e meio de governação e apela à população para que possibilite, com o seu voto, a continuação desta obra.

Os 14 dias de campanha eleitoral correram sem incidentes de maior e no meio de uma certa indiferença, o que pode vaticinar uma elevada abstenção. Os programas eleitorais dos seis partidos concorrentes, com pequenas «nuances», propõem soluções semelhantes para resolver os problemas do país: consolidação da democracia, combate à corrupção e à «má» gestão, reabilitação económica, criando incentivos ao desenvolvimento do turismo, da agricultura e das pescas.

Estando praticamente garantido que nenhum partido vai obter a maioria absoluta, os três principais partidos (MLSTP/PSD, ADI e PCD) têm defendido a criação de um governo de «unidade nacional» ou de «base alargada». Defendem, de igual modo, a revisão da Constituição

pela nova Assembleia, de forma a que se mantenha o regime semipresidencialista, mas se explicita, uma vez por todas, as competências dos órgãos de soberania.

## Antecedentes conflituosos

Depois da independência, em 1975, o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe governou este pequeno arquipélago de 120 mil pessoas durante 15 anos.

Com a abertura ao multipartidarismo, o poder caiu nas mãos do PCD que obteve, nas eleições de Janeiro de 1991, uma vitória retumbante, conquistando 54,37 por cento dos votos e 33 dos 55 lugares do Parlamento.

O MLSTP ficou-se pelos 21 assentos e 30,45 por cento dos votos, o outro assento parlamentar foi ocupado por um pequeno partido, o CODO (corda em crioulo), um dos seis partidos concorrentes às eleições de amanhã, aparentemente sem hipóteses, desta vez, de eleger deputados.

O Governo maioritário formado pelo PCD, partido que serviu de apoio à eleição de Miguel Trovoada em Março de 1991, criou uma grande expectativa na população devido às medidas

económicas e sociais anunciadas durante a campanha eleitoral e no programa do Governo.

No final do primeiro ano instalou-se uma crise institucional, que durou alguns meses, entre o primeiro-ministro Daniel Daio e o Presidente Trovoada, que acusava o Governo de incompetência.

Trovoada acabou por demitir o executivo de Daio em Abril de 1992 e convidar Norberto Costa Alegre, também do PCD, para formar o segundo Governo da segunda República.

Costa Alegre mantém durante quase dois anos um relacionamento estável com o Chefe de Estado, mas nova crise política surgiu, com o partido no poder a acusar o Presidente de obstruir o trabalho do Executivo e Trovoada a acusar o Governo de ultrapassar as suas competências.

Este novo conflito institucional provocou a demissão do Governo (substituído por um executivo de gestão de inciativa presidencial, chefiado pelo ex-ministro da Defesa do PCD, Avarista de Carvalho), a dissolução do Parlamento em Julho deste ano e a convocação de eleições antecipadas.

LUÍSA TITO DE MORAIS  
serviço Lusa/EXPRESSO

## DOS TRÊS PRINCIPAIS PARTIDOS, O ANTIGO MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO SURGE COMO FAVORITO

### Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/ Partido Social Democrata (MLSTP/PSD)

Herdeiro do Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP) e embrião do MLSTP, que dirigiu a luta contra o regime colonialista português. Após a independência, governou o país durante 15 anos em regime de partido único, ganhou as eleições autárquicas de Dezembro de 1992, aparentemente já em recuperação do desaire nas legislativas de 1991. O secretário-geral é Carlos Graça, ex-presidente, ex-deputado da assembleia constituinte e legislativa e ex-ministro de várias pastas.

Outros dirigentes: Rafael Branco, Manuel Vaz e Guilherme Posser.

### Acção Democrática Independente (ADI)

Foi criada em Março de 1993, ainda como movimento de cidadãos, e concorreu às autárquicas de Dezembro de 1992, conquistando uma das sete câmaras. Considerado como o partido do Presidente da República Miguel Trovoada, tem como secretário-geral Carlos Neves, 41

anos, licenciado em história pela Universidade Clássica de Lisboa, actualmente ainda embaixador de São Tomé em Portugal.

Outros dirigentes: Gabriel Costa e Patrice Trovoada, filho do chefe de Estado.

### Partido da Convergência Democrática/ Grupo de Reflexão

Foi criado em 1990, concorreu às primeiras eleições legislativas multipartidárias de Janeiro de 1991, obtendo a maioria absoluta, apoiou a candidatura de Miguel Trovoada às eleições presidenciais de Março de 1991.

O secretário-geral interino é João Bonfim, 39 anos, licenciado em Educação Física pela Universidade de Lisboa. Foi fundador do Grupo de Reflexão em 1990 e duas vezes ministro dos Assuntos Sociais e da Educação, Juventude e Desportos.

Outros dirigentes: Leonel D'Alva (presidente do partido e do Parlamento dissolvido), Norberto da Costa Alegre (ex-primeiro-ministro) e os ministros Olegario Tiny, Alda Bandeira, Albertino Bragança e Arzemiro dos Prazeres.

# Portugal obriga Chissano a empregar Dhlakama

EXPRESSO, 1.10.94

HENRIQUE  
MONTEIRO

enviado a Moçambique

AS DIPLOMACIAS portuguesa e alemã pressionaram o Presidente e candidato às presidências moçambicanas, Joaquim Chissano, a prometer publicamente, esta semana, o estabelecimento de um Estatuto da Oposição, a fim de salvaguardar o candidato derrotado nas eleições de 27 e 28 de Outubro.

Esta forte pressão de Portugal e do país que actualmente preside à União Europeia vem, segundo fontes diplomáticas em Maputo, na sequência da total oposição dos dirigentes da Frelimo à proposta de formação de um governo de unidade nacional (GUN), semelhante ao que tomou posse na vizinha África do Sul, após a vitória do ANC. Esta ideia, que era avançada pelos europeus e pelos próprios sul-africanos, pre-

via, também, a criação de um cargo de vice-presidente para o segundo candidato mais votado.

A recusa deste modelo por parte de Chissano obrigou os europeus a inflectir a tática e a propor a existência de garantias reais para o líder da Oposição, à semelhança do que se passa no Reino Unido e em países do Terceiro Mundo, como a Índia. O actual Presidente moçambicano, satisfazendo a comunidade internacional, já afirmou publicamente que, caso seja reeleito, garante ao líder da Renamo «segurança, iratamento protocolar, alojamento e um salário condigno».

Porém, o resto da proposta formulada por portugueses e alemães — a não nomeação de governadores provinciais da Frelimo nos círculos onde este partido não ganhar as eleições — ainda não obteve uma resposta cabal. De acordo com fontes diplomáticas euro-

peias em Maputo, a aceitação destes pontos é essencial para o salutar desenvolvimento do processo de paz, já que os dirigentes da Renamo, habituados à guerrilha, não têm qualquer modo de vida civil, estando dependentes dos lugares e cargos que lhes forem atribuídos pelo Estado. A maioria dos observadores europeus acredita numa vitória da Frelimo, embora os últimos dados do recenseamento tivessem introduzido um grau de incerteza nessa previsão. De qualquer modo os embaixadores dos Doze consideram que há condições para que o futuro do país seja encarado com «optimismo moderado». Recorde-se que a UE é o principal doador de Moçambique, responsável pelo pagamento de 47 por cento dos gastos eleitorais. Portugal é o segundo maior investidor neste país, tendo, recentemente, oferecido ao Governo de Maputo cinco milhões de dólares

(mais de 800 mil contos) para ajudar ao pagamento dos militares da Frelimo desmobilizados.

No meio de uma campanha que se tem desenrolado sobretudo no Norte, onde se concentra a maioria do eleitorado, a Renamo apresentou, confidencialmente, ao Governo de Moçambique uma proposta que visa o estabelecimento do cargo de vice-presidente para o segundo candidato mais votado. De acordo com fontes diplomáticas, o movimento presidido por Dhlakama pretende, ainda, que lhe sejam distribuídos os cargos de governadores provinciais nos círculos/provínias em que ganhar as eleições. Por último, a Renamo pretende que a escolha do primeiro-ministro se faça por consenso entre os dois partidos e por critérios de competência técnica e que as administrações dos órgãos de comunicação social sejam, igualmente, consensuais.

## A paz a prazo

EXPRESSO, 1.10.94

A EXPECTATIVA gerada à volta do fim do prazo (talvez a prorrogar) dado pelo conselho de segurança das Nações Unidas para que o Governo angolano e a UNITA concluíssem ontem, dois anos após a realização das primeiras eleições no país, o ciclo de conversações que se arrasta em Lusaka há já quase um ano, enalhou numa nova escalada de guerra polarizada em torno das regiões diamantíferas das Lundas. «Aqui reside uma das maiores fontes de financiamento da tragédia angolana» — explicou ao EXPRESSO um funcionário das Nações Unidas enviado àquela área para proceder ao levantamento das infraestruturas destruídas.

Mas a maior polémica despoletada, esta semana, à volta destas regiões está ligada ao suposto envolvimento na guerra de elemen-

tos do ex-batalhão Búfalo que estarão a actuar ao lado das tropas governamentais. O ministro das Relações Exteriores, Venâncio de Moura foi obrigado a fazer quarta-feira em Nova Iorque um desmentido sobre o apoio de mercenários à FAA, mas a verdade é que a imprensa local silenciou por completo o comunicado emitido pela embaixada sul-africana em Luanda que assinala que «a reportada presença de 500 especialistas bem treinados da ex-SADF recrutados pelo Executive Outcomes em Angola, não contribuíram em nada para a paz». Esta reacção surge depois da morte nos últimos dias de dezenas de elementos pertencentes a este batalhão na sequência de uma ofensiva de grande envergadura dos soldados da UNITA contra uma das suas bases localizadas nas imediações do

Cafunfo, na província da Lunda-Norte.

«Os familiares destes, de acordo com um diplomata sul-africano, estão a pressionar o Governo de Pretória para que lhes seja prestada assistência na procura dos parentes, mas este argumenta que prestar essa assistência em áreas afectadas pelo conflito civil em Angola constitui uma missão de alto risco.

O ambiente político na capital angolana ficou também agitado quarta-feira, com a notícia de um suposto ferimento grave de Jonas Savimbi na sequência de bombardeamentos da aviação governamental à cidade do Huambo. A imprensa de Luanda apressou-se a revelar a notícia e quem ganhou foram os ardinas que viram de repente disparar a procura dos jornais. «Savimbi morreu! Savimbi morreu!» — gritavam al-

guns.

Os noticiários locais passaram também a ser escutados com outra atenção, ficando relegadas para segundo plano as notícias provenientes de Lusaka. «Se o tipo morresse talvez resolvêssemos parte dos problemas do nosso país» — confidenciou ao EXPRESSO um oficial do Ministério do Interior. No seio da ala radical do MPLA, essa notícia provocou igualmente um sentimento de indisfarçável satisfação; entre os políticos mas levada a sério essa informação, tudo não passou de um exercício de propaganda cujo efeitos perversos acabaram por iludir por instantes o estômago vazio de milhares de angolanos, ávidos de paz e sôfregos de comida.

GUSTAVO COSTA  
correspondente em Angola

## Legislativas em São Tomé e Príncipe

## Até há quem prefira Portugal

PÚBLICO, 1.10.94

O POVO de São Tomé e Príncipe tem amanhã eleições legislativas pluralistas, pela segunda vez em quatro anos. Há que escolher entre três partidos maiores e três menores, um dos quais deseja pura e simplesmente "a união com Portugal", indo ao ponto de propor um português para primeiro-ministro.

Os são-tomenses são os primeiros cidadãos dos PALOP a irem por mais de uma vez às urnas, em legislativas pluralistas, desde que há quatro anos as antigas colónias portuguesas na África começaram a acabar com o monopólio do poder pelas forças que o haviam conquistado na década de 70.

Curiosidade nas eleições de amanhã é que o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social Democrata (MLSTP/PSD), derrotado em Janeiro de 1991, tem agora hipótese de voltar à governação, sozinho ou em aliança com ou-

tra formação.

Os seus dois principais adversários são o Partido da Convergência Democrática (PCD), que ganhou as eleições de 91 mas em Julho último foi afastado do governo pelo Presidente da República, e a Acção Democrática Independente (ADI), conotada com o chefe do Estado, Miguel Trovoada. Entre os três, deverão repartir o grosso dos 55 lugares da Assembleia Nacional.

Num segundo plano, desprovidos de meios financeiros e de estratégias, situam-se a Aliança Popular (AP), a Coligação Democrática de Oposição (Codo) e a Frente Democrata Cristá (FDC), que privilegiam pequenas concentrações e esclarecimentos porta-a porta, optando por um tom entre o familiar e o confessional.

## Proposta neocolonial

Caso particularmente curioso é o da AP, fundada em

Lisboa por quadros e emigrantes são-tomenses, para a qual só o reforço dos laços com Portugal poderá salvar o arquipélago da catástrofe. Dirige-a formalmente Carlos Espírito Santo, licenciado em Filosofia, mas tem como candidato a primeiro-ministro o respectivo vice-presidente, Olavo Malveiro, filho de portugueses que viviam em São Tomé antes da proclamação da independência.

Para muitos são-tomenses, a AP buscou a inovação programática da pior forma possível, ao propor a legitimação formal do neocolonialismo; mas a acusação não desconcerta o partido de Espírito Santo, cujo cartaz diz: "O povo deseja a união com Portugal".

Malveiro não participou na campanha eleitoral, por-

que a embaixada são-tomense em Lisboa lhe teria condicionado a concessão de visto de entrada à sua abstinência política. Ele é possuidor de um bilhete de identidade local, mas o governo de São Tomé e Príncipe considera que o mesmo foi fruto de um equívoco, pelo que não lhe reconhece validade.

A AP poderá cantar vitória se conseguir eleger mais do que um deputado, a Codo pretende conservar o único lugar que tinha na Assembleia dissolvida em Julho e a Frente Democrata Cristá, herdeira da antiga Frente de Resistência Nacional, com arraiais no Sul da ilha de São Tomé, só muito dificilmente conseguirá representação parlamentar. ■

Conceição Lima,  
em São Tomé

## Ainda um mês de espera

PÚBLICO, 1.10.94

O CONSELHO de Segurança das Nações Unidas prorrogou até 31 de Outubro o mandato dos 80 representantes da organização em Angola, e pediu tanto ao Governo de Luanda como à UNITA que completem entre tanto as conversações que há mais de 10 meses decorrem em Lusaca.

Os 15 membros do Conselho pediram às duas partes do conflito angolano que honrem os compromissos assumidos e que não demorem por mais tempo a assinatura de um novo acordo de paz, substituído daquele que em 1991 foi conseguido em Portugal e que se malogrou depois das eleições de 1992.

Por outro lado, as Nações Unidas, medianeiras no processo negocial, teriam estipulado em privado, segundo círculos de Luanda, que até meados do presente mês se aprove a calendarização do protocolo que há-de ser rubricado em Lusaca.

O principal responsável pela mediação, o maliano Alioune Blondin Beye, está convencido de que a UNITA deixou de reivindicar a governação da província do Huambo, em troca do aumento do número de autarquias que poderá administrar.

Enquanto isto, porém, pro-

seguem as acusações recíprocas de novas ofensivas militares e a guerra psicológica travada pelos meios de propaganda de um e outro lado.

No primeiro caso, as Forças Armadas governamentais estariam a preparar a reconquista da cidade do Huambo, há mais de um ano e meio em poder da UNITA, enquanto os seus adversários procurariam dificultar essa tarefa, designadamente por meio de acções na província de Benguela.

Segundo fontes da oposição, a ofensiva contra o Planalto Central incluiria a utilização daquilo a que o partido de Jonas Savimbi gosta de chamar a "bomba atómica dos pobres", de fabrico russo mas provavelmente vendida a Luanda pela Coreia do Norte.

## Defesa inoperante

A altitude a que são efectuados os bombardeamentos e a precisão das bombas tornou inoperante a defesa antiaérea da UNITA, quase toda ela concentrada no Huambo, e permitiu que os governamentais recuperassem três municípios na vizinha província do Bié.

No entanto, fonte diplomá-

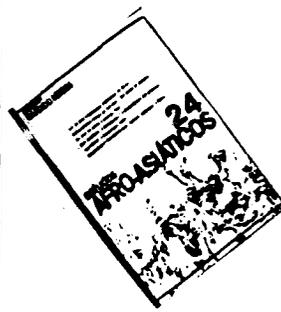
tica disse-nos que o subsecretário norte-americano de Estado para os Assuntos Africanos, George Moose, advertiu Luanda de que uma entrada pela força na cidade do Huambo não seria bem vista por Washington; e é sabido que nessa eventualidade a UNITA se retiraria das negociações de Lusaca.

Talvez por isso mesmo, grande parte da guerra não está a ser no centro do país mas sim no nordeste, nas regiões diamantíferas das Lundas, onde o partido de Savimbi afirma que as tropas do regime são enquadadas por duas centenas de mercenários sul-africanos, bem como por antigos gendarmes cangueiros.

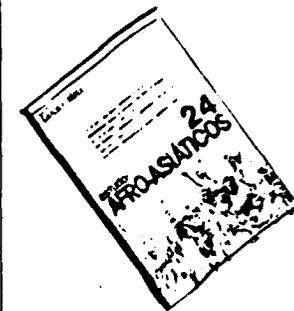
Ainda esta semana o ministro das Relações Exteriores, Venâncio de Moura, disse em Nova Iorque que os alegados mercenários são "técnicos qualificados de que o país não dispõe e que operam em Angola por parte de algumas empresas". Mas a embaixada sul-africana em Luanda comentou que a presença de uns 500 especialistas das antigas Forças de Defesa da África do Sul "não contribui em nada para a paz". ■

Aguilar dos Santos,  
em Luanda

ASSINE JÁ



ASSINE JÁ



LIGUE (021)531-2000  
RAMAL 259

Antigas colónias portuguesas avançam a ritmos diferentes

# Os cinco em busca da democracia

PÚBLICO, 2.10.94

Jorge Heitor

As eleições legislativas de hoje em São Tomé e Príncipe chamam a atenção para os ritmos bem diversos a que as antigas colónias portuguesas em África têm estado, desde finais de 1989, a procurar avançar no caminho da democratização.

**O**s são-tomenses já vão nas suas segundas legislativas em regime pluralista, enquanto os moçambicanos só no fim deste mês é que vão pela primeira vez às urnas, em eleições livres, e os angolanos ainda não sabem quando é que terminam umas presidenciais iniciadas em Setembro de 1992.

Este simples retrato mostra bem o quão diferentes têm sido os ritmos com que os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) avançam para uma prática democrática, "à ocidental", depois de cerca de duas décadas em que o poder se

legitimava na luta (armada ou não) que fora travada pela conquista da independência.

São Tomé e Príncipe, o mais pequeno dos Cinco, ainda com menos de 140 mil habitantes, foi o precursor da abertura a uma prática multipartidária, consagrada constitucionalmente em Agosto de 1990, um mês antes de Cabo Verde. E o Presidente que tinha desde a proclamação da independência, em 1975, Manuel Pinto da Costa, decidiu então retirar-se da vida política activa, não tendo apresentado candidatura às presidenciais de 1991, ganhas por Miguel Trovoada.

## Regresso ao passado

São Tomé poderá ser também, agora, o primeiro dos PALOP onde um dos partidos fundadores da independência e perdedores das eleições realizadas logo após a abertura ao pluralismo, o MLSTP, regressa ao poder por vontade popular.

Quanto a Cabo Verde, que enveredou pela democracia multipartidária logo a seguir a São Tomé e Príncipe e que foi o primeiro a ter eleições legislativas e presidenciais com esse sistema, logo em Janeiro e Fevereiro

de 1991, tem sido o politicamente menos agitado dos cinco, apesar de uma cisão que já houve na actual força governamental, o Movimento para a Democracia (MpD). O Presidente António Mascarenhas Monteiro nem sempre concorda com o executivo chefiado por Carlos Veiga, mas os caboverdeanos não estão a curto prazo perante a hipótese de dissolução da Assembleia e de convocação de eleições gerais antecipadas.

Terceiro caso a ter em conta, no campo das antigas colónias lusófonas, é o de Angola, onde em Setembro de 1992 se efectuaram em simultâneo presidenciais e legislativas, mas sem grandes resultados práticos, no sentido da democratização, dado que daí a semanas a guerra se reacendeu e que ainda hoje está por terminar.

O Presidente José Eduardo dos Santos foi o mais bem classificado na primeira volta das presidenciais, só que não atingiu os 50 por cento, pelo que ainda terá de ir a uma segunda volta, com o político que ficou a seguir, Jonas Savimbi, líder da UNITA.

Quarto dos PALOP a ir às urnas, em Julho e Agosto últimos, a Guiné-Bissau manteve na Presidência o homem que a

conquistara pelas armas em Novembro de 1980, João Bernardo Vieira, Nino, e deu a maioria na Assembleia Nacional ao PAIGC, o partido que logo em Setembro de 1973 proclamara unilateralmente a independência, sem esperar pela queda do regime colonialista português.

Resta agora ver como é que Nino Vieira e o PAIGC irão lidar com os 38 deputados da oposição: 19 do Movimento Bafatá e outros tantos de uma série de forças que escolheram como seu líder parlamentar comum o chefe do Partido da Renovação Social, Kumba Lalá.

Por fim, na ida às urnas, no fim deste mês, está Moçambique, o mais populoso dos Cinco, com perto de 17 milhões de habitantes, que terão de escolher basicamente entre Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama, entre a Frelimo e a Renamo.

O primeiro chefe da Frelimo, Eduardo Mondlane, foi assassinado em Fevereiro de 1969 e o segundo, Samora Machel, Presidente da República a partir da proclamação da independência, morreu num desastre de avião em Outubro de 1986, tendo-lhe sucedido Chissano, que espera agora a consagração eleitoral. ■

## "Bomba" contra Chissano foi falso alarme

PÚBLICO, 1.10.94

OS ÓRGÃOS de informação moçambicanos anunciaram ontem à noite que teria sido descoberto um engenho explosivo na residência onde o Presidente Joaquim Chissano, em campanha eleitoral pelo Norte do país, se iria alojar. Mas, segundo o PÚBLICO apurou, tratou-se de um falso alarme, tendo a segurança pessoal do líder da Frelimo constatado que a "bomba" mais não era do que uma caixa metálica. Chissano e o líder da Renamo cruzaram-se ontem na cidade de Quelimane, na capital da Zambézia, em campanha para as eleições de 27 e 28 de Outubro.

A Frelimo e o gabinete de Chissano ainda não tinham comentado o caso, mas o líder da Renamo, em Quelimane, colocou-o perante a perspectiva de um

atentado frustrado, apressou-se a classificá-lo de "um acto covarde, porque a paz não se faz com assassinatos". Disse também que nunca pretenderia eliminar o actual Presidente da República e adversário nas eleições porque é o único dirigente da Frelimo com quem se dá bem. E acrescentou que a Renamo não pretende voltar à guerra, porque atingiu o objectivo que pretendia: a democracia.

Antes da confirmação do falso alarme, várias fontes na capital moçambicana tinham já estranhado esta "tentativa de atentado", situando-a na escala de "guerra de nervos" que se tem registado nos últimos dias de campanha. ■

Luis Pedro Nunes, em Maputo, e José Pinto e Sá, em Quelimane

TEATRO  
EXPERIMENTAL  
DO NEGRO

## ÁFRICA, UM RECITAL

● 27, 28 e 29 de outubro

21 horas

● 30 de outubro

20 horas

TEATRO MPB-4  
ESPAÇO DCE DA UFF  
NITERÓ

TEL.: 717-8080

São Tomé e Príncipe tem hoje legislativas antecipadas

# Trovoadistas deram espectáculo

PÚBLICO, 2.10.94

Conceição Lima,  
em São Tomé

*As caravanas festivas com que os três principais partidos são-tomenses encerraram a campanha para as legislativas de hoje não lograram galvanizar a população. Curiosos e expectantes, os cidadãos, na sua maioria, apenas condescenderam em postar-se ao longo das estradas para ver a propaganda passar.*

**S**e as caravanas funcionassem como barómetros, a primeira conclusão que se impunha era a de que quase tudo permanece em aberto para as legislativas antecipadas de São Tomé e Príncipe, nas quais 56 mil eleitores são hoje chamados a escolher os 55 deputados do país. Mas a verdade é que o MLSTP, que dirigiu o país de 1975 até ao início de 1991, está a apostar fortemente no seu regresso ao poder.

Na quinta-feira, o Partido da Convergência Democrática (PCD), vencedor das eleições de 20 de Janeiro de 1991, organizou um cortejo automóvel, avisando adversários e observadores de que, apesar das críticas aos seus três anos de governação, não se considera antecipadamente derrotado.

Vinte e quatro horas depois foi a vez do MLSTP/Partido Social Democrata e da Acção Democrática Independente (ADI) percorrerem as principais artérias dos dois distritos mais populosos, arrastando consigo uma impressionante fila de viaturas.

A ADI, que organizou o desfile mais espectacular (no qual se integrava Helena Trovoada, mulher do Presidente da República), transformou os últimos

dias da campanha numa demonstração indiscutível do seu poder propagandístico. Houve t-shirts de modelos variados, boinas e bonés de estilo convencional e pós-modernista, caixas de fósforos e isqueiros, sacos de plástico, equipamentos desportivos e outros materiais, que se não cumpriram a sua função persuasiva terão ao menos servido para minorar carências pontuais.

## Todos optimistas

Todas as seis forças concorrentes se manifestam optimistas, incluindo as que — Codo, Frente Democrata Cristã e Aliança Popular — não podem senão aspirar a uma pequena representação parlamentar. Com propostas programáticas muitas vezes semelhantes, os partidos procuraram estabelecer diferenças no campo da semântica; e, cautelosamente, todos se “esqueceram” de dizer que, seja qual for o vencedor, terá como uma das suas primeiras medidas de decretar um novo aumento do preço dos combustíveis.

O MLSTP e a ADI foram os mais ousados ou ingénuos em termos de promessas e de intenções. Prometeram reduzir taxas alfandegárias e impostos de rendimento, bem como aumentar as despesas com os sectores sociais. Mas não disseram de onde é que sairão as receitas, nem qual é a esse respeito a opinião do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial.

Apanhado no meio da chuva de promessas e de intenções, o eleitorado absteve-se na sua maior parte de participar na campanha. E, se essa atitude prefigura uma baixa afluência às urnas, o MLSTP/PSD, que efectuou uma campanha acentuadamente triunfalista, tem mais razão para estar optimista. De qualquer forma, um cenário de maioria absoluta é altamente improvável. Analistas e observadores dispendem energias articulando hipóteses de coligação ou de arranjos inter-partidários. O MLSTP e a ADI facilitam as conjecturas, defendendo que todas as forças que obtiverem resultados iguais ou superiores a 10 por cento devem integrar um Governo de Unidade Nacional (GUN).

O PCD, que na pior das hipóteses aspira vir a liderar a oposição na Assembleia Nacional, continua a não simpatizar com a ideia de União Nacional, preferindo falar em governo de base alargada, pressupondo compromissos com outras forças políticas mas não necessariamente uma coligação.

Importante será ter em conta o peso influenciador do Presidente Miguel Trovoada, cuja sombra paira sobre as legislativas e que manifestou publicamente que veria com bons olhos a formação de um GUN. Os resultados podem reforçar extraordinariamente ou fragilizar os poderes do chefe do Estado: será o grande vencedor se a ADI ganhar, terá de fazer apelo

a toda a sua habilidade política se o triunfo for para o MLSTP e enfrentará a catástrofe se o eleitorado preferir o PCD. Seria a desautorização completa do homem que, após ter representado os ideais da mudança e a rejeição da I República, se ariscou a ser acusado de ter afastado uma força da Mudança para devolver as rédeas do poder ao MLSTP. ■

## Carlos Graça

CARLOS ALBERTO Monteiro Dias da Graça, médico de 62 anos, filho de são-tomense e de cabo-verdiana, é hoje o mais forte candidato ao lugar de primeiro-ministro, pois que tanto o poderá ser em caso de clara vitória do MLSTP como no de um ligeiro predomínio da ADI. Foi um dos fundadores da Comissão de Libertação de São Tomé e Príncipe, precursora do MLSTP, e integrou os primeiros governos pós-independência como ministro da Saúde e dos Assuntos Sociais.

Em 1976 entrou em divergência com o Presidente Manuel Pinto da Costa, foi condenado à revelia a 24 anos de prisão, por “actos contra-revolucionários”, e exilou-se no Gabão. Em 1988 regressou a São Tomé, já reconciliado com o regime, e assumiu a pasta dos Negócios Estrangeiros, tendo passado dois anos depois a secretário-geral do MLSTP, quando Pinto da Costa decidiu retirar-se. Amante da literatura, aprecia Eça de Queiroz e cita com frequência Proust e Fernando Pessoa. ■ C.L.

## Costa Alegre

NORBERTO JOSÉ d'Alva Costa Alegre, primeiro-ministro do II Governo do PCD (1992/1994), poderá voltar ao lugar se o seu partido for o vencedor das eleições de hoje, pois é o rosto mais mediático de uma formação que se destaca pelo carácter colegial da respectiva liderança.

Austero e tecnocrata, de 43 anos, revela um temperamento contido e meticuloso. “Frio e cerebral”, segundo alguns dos seus colaboradores, este engenheiro químico foi designado pelo PCD para assumir a chefia do Governo numa altura em que as relações desse grupo com o Presidente da República tinham atingido o máximo da degradação.

Agora, outro nome possível para a chefia de um eventual executivo do Partido da Convergência Democrática é o de João do Sacramento Bonfim, eleito interinamente secretário-geral após a renúncia de Daniel Daio. Tem 40 anos, é licenciado pelo Instituto Superior de Educação Física de Lisboa e não esconde o seu fascínio por António Sérgio. ■ C.L.

## Prudêncio Rita

PRUDÊNCIO RITA, antigo ministro das Finanças e homem forte do penúltimo governo do MLSTP, é um nome com que se especula insistentemente para a chefia do executivo no caso de vitória eleitoral da Acção Democrática Independente (ADI), que tem como secretário-geral Carlos Neves, embaixador em Lisboa.

O economista Prudêncio Rita, de 41 anos, foi o responsável pelo começo da aplicação do Programa de Ajustamento Estrutural combinado com o Fundo Monetário Internacional em 1986. Distante e pouco sociável, a sua competência técnica foi ensombrada por alguns episódios embaraçosos. Mas os economistas acreditam que poderia ser uma boa aposta, num país que vai ter de continuar a aplicar as receitas do FMI e do Banco Mundial.

Por outro lado, admite-se a hipótese de, mesmo em caso de vitória da ADI, o Presidente Miguel Trovoada convidar o secretário-geral do MLSTP, Carlos Graça, seu amigo pessoal, a liderar um governo de unidade nacional. ■ C.L.

## Crise institucional em Cabo Verde

# Presidente critica o Governo

PÚBLICO, 3.10.94

José Vicente Lopes  
na Cidade da Praia

O Presidente da República de Cabo Verde tece duras críticas ao Governo de Carlos Veiga e defende a revisão constitucional, pois entende que o texto actual é "tecnicamente imperfeito" e dá a primazia ao primeiro-ministro.

A mais de um ano das segundas eleições legislativas e presidenciais de Cabo Verde, as relações entre o Presidente António Mascarenhas Monteiro e o Governo de Carlos Veiga, ambos escolhidos no início de 1991, estão à beira da ruptura. Nenhuma das partes entende que o seu "casamento" não deu certo.

Enquanto Mascarenhas Monteiro pensa se se há-de candidatar ou não a um segundo mandato de cinco anos, o Movimento para a Democracia (MpD), sustentáculo do governo, embora negue

problemas com o chefe do Estado, estuda a hipótese de ter desta vez o seu próprio candidato presidencial. Um dos nomes em consideração é Amílcar Spencer Lopes, presidente da Assembleia Nacional e membro da Comissão Política do partido no poder.

Entretanto, numa inesperada entrevista ao jornal "Correio quinze", próximo do recém-criado Partido da Convergência Democrática (PCD), liderado pelo anterior ministro da Justiça, Eurico Monteiro, o Presidente da República tece duras críticas à governação do MpD.

Embora considere normal que haja discordância entre si e o governo, cuja vigência também é de cinco anos, Mascarenhas Monteiro afirma que a acção do executivo "está aquém do desejado e muito aquém das promessas feitas durante a campanha eleitoral" que antecedeu as legislativas de 13 de Janeiro de 1991.

O Presidente critica igualmente um tema caro ao MpD, a Constituição, aprovada em 1992 por essa força política, graças à maioria absoluta que tem no Parlamento; e diz que a mesma permite um "presidencialismo do primeiro-ministro", dada a supremacia do governo no sistema político em vigor.

### Revisão constitucional

Segundo Mascarenhas Monteiro, a Constituição terá de

ser revista, pois é "demasiado longa e tecnicamente imperfeita"; e importa saber se a direcção dos assuntos do Estado cabe em última análise ao primeiro-ministro ou ao Presidente da República.

Outra fonte de fricções é a Comunicação Social, assunto que há um ano o levou, em mensagem ao país, a criticar a interferência governativa no sector. Numa terra onde os órgãos de informação pertencentes ao Estado dominam o sector, o Presidente entende que os mesmos estão a ser cada vez mais governamentalizados.

A entrevista foi publicada numa altura em que Carlos Veiga se encontra de visita aos Estados Unidos e uma semana depois de Mascarenhas Monteiro haver sido alvo de uma carta aberta escrita por um conselheiro do primeiro-ministro, Humberto Cardoso.

Publicada no "Novo Jornal de Cabo Verde" por aquele membro da Comissão Política do MpD, questionava o facto de o Presidente ter vetado por quatro vezes o seu nome para embaixador em Washington; e foi considerada uma declaração de guerra do partido governamental ao chefe do Estado.

Apesar de se opor à ideia de eleições antecipadas (como as que ontem se efectuaram em

São Tomé e Príncipe), o governo poderá acabar por ter que aceitar no primeiro trimestre do próximo ano, o que vem dar um maior impulso à disputa política e permitir um novo ordenamento das diferentes forças.

Mascarenhas Monteiro poderá concorrer a novo mandato, com apoio da Igreja Católica e possivelmente do PCD, formado por dissidentes do actual partido governamental, que em 1991 o ajudou a derrotar o Presidente anterior, Aristides Pereira, mas do qual logo a seguir se distanciou.

Por mais de uma vez, tem assumido posições que contrariam o MpD, partido aparentemente desejoso de estender a sua hegemonia parlamentar a todo o tecido político, económico e social do arquipélago.

Outro potencial candidato à suprema magistratura é Onésimo Silveira, presidente da Câmara Municipal do Mindelo (S. Vicente) e líder do Espaço Democrático, associação que se poderá transformar em partido político.

A nível do PAICV, o antigo primeiro-ministro Pedro Pires, seu actual presidente, é a candidatura admissível à chefia do Estado. Apesar de se manter relativamente afastado dos grandes embates, deixando espaço para que o respectivo secretário-geral, Aristides Lima, se possa afirmar, o histórico combatente da luta pela independência quererá de certo desferrar-se da derrota sofrida nas legislativas de 1991. ■

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembleia, 10, Conjunto 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro - RJ - Brasil - Tel. (021) 531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021) 531-2155. - Assinatura anual (em dólar comercial): Instituições internacionais: US\$ 250.00; nacionais: US\$ 200.00; Pesquisadores: US\$ 100.00. WE ASK FOR EXCHANGE.

## Clube Português de Niterói

2ª Semana de Estudos Luso-Brasileiros

Temática: **Africa**

17, 18, 19, 20, 21 de outubro às 20h

ENTRADA FRANCA - CERTIFICADOS DE FREQUÊNCIA

R. P. Lara Vilela, 176 - Ingá ☎ 717-4225



IMPRESSO